

# GÊNERO, SEXUALIDADE, DESIGUALDADE E DIFERENÇA: QUATRO NOÇÕES ATRAVESSADAS PELA HISTÓRIA

## *GENDER, SEXUALITY, INEQUALITY AND DIFFERENCE: FOUR NOTIONS CROSSED BY THE HISTORY*

José D'Assunção Barros<sup>1</sup>

Recebido em: 20/09/2010

Aprovado em: 02/02/2011

### RESUMO

Este trabalho busca esclarecer e discutir, no âmbito da sexualidade e da divisão entre masculino e feminino, dois conceitos fundamentais das Ciências Humanas e, em especial, da História de Gênero. Trata-se de discutir as noções de Desigualdade e Diferença, de modo a considerar suas relações recíprocas e a historicidade de cada uma destas expressões, particularmente no que se refere à questão das desigualdades de gênero e diferenças sexuais. O ponto de partida é a análise semiótica das noções de Igualdade, Desigualdade e Diferença. A intenção é examinar como a historicidade atravessa o desenvolvimento da relação entre estas quatro noções, apresentando um quadro de exemplos pertinentes a algumas situações históricas específicas. **Palavras-chave:** Gênero; Sexualidade; Igualdade; Desigualdade; Diferença.

### ABSTRACT

*This article attempts to clarify and discuss, in the ambit of the sexuality and sexual division between masculine and feminine, two fundamental concepts of the Human Sciences – Inequality and Difference – in order to consider their reciprocal relations and historicity, particularly in reference to the question of the sexual differences and inequalities. The initial point is the semiotic analysis of the notions of Equality, Inequality and Difference. The intention is to examine how the historicity crosses the development of the relation between these four notions, presenting some exemplifications referring to some specifically historical situations.*

**Keywords:** Gender; Sexuality; Equality; Inequality; Difference.

### 1 Igualdade, desigualdade e diferença: relacionando três conceitos

O presente artigo tem como objetivo principal examinar a questão de como podem dialogar – concomitantemente às discussões em torno do “masculino” e do “feminino” no quadro das discussões de Gênero e Sexo – as noções de Igualdade, Desigualdade e Diferença. Discorreremos sobre os deslocamentos que ocorrem entre as noções de Desigualdade e Diferença no âmbito da Sexualidade, bem como sobre a historicidade, que dimensiona tanto as desigualdades como as diferenças sexuais, e,

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade do Rio de Janeiro. Autor dos livros “O Campo da História”, “O Projeto de Pesquisa em História”, “Cidade e História”, “A Construção Social da Cor” e “Teoria da História”.  
E-mail: jose.assun@globo.com

por fim, sobre como se relacionam, de um ponto de vista social e histórico, as noções de Desigualdade e Diferença no âmbito da sexualidade. Para tal análise, partiremos de uma discussão inicial sobre o que está implicado inter-relacionalmente em cada um destes três conceitos: Igualdade, Diferença e Desigualdade.

Antes de mais nada, porém, convém refletir rapidamente sobre as noções de Gênero e Sexo. Temos aqui duas noções que, em teorias e abordagens mais tradicionais, têm sido confrontadas em termos de Cultura e Natureza. O Gênero, diziam os primeiros estudos no âmbito da Sexualidade, do ponto de vista da História e da Sociologia, estaria mais ligado à Cultura; e o Sexo, mais ligado a aspectos naturais. Assim, a mulher definida sexualmente, de acordo com um padrão genital e cromossômico específico, remeteria a uma noção natural; enquanto isso, a Mulher, enquanto gênero inserido em relações sociais e sujeita, em seu desenvolvimento, à historicidade, estaria relacionada à Cultura. Contra esta corrente predominante, porém, autores de grande importância para os estudos de Gênero, como Michel Foucault e Judith Butler, contribuíram para difundir em tempos mais recentes a imprescindível noção de que as duas noções – Gênero e Sexo – estão, na verdade, igualmente atravessadas pela História e pela Cultura. A radical dicotomização sexual entre Homem e Mulher, mesmo nos seus traços aparentemente mais naturais, não seria, de modo algum, um dado natural e a-histórico. Vejamos, em seguida, como o exame das relações entre os conceitos de Igualdade, Desigualdade e Diferença pode contribuir para este debate.

Iniciaremos nossas considerações destacando que, do ponto de vista semiótico, a noção de Igualdade contrasta, simultaneamente, com duas outras noções que têm sido suas parceiras obrigatórias no decorrer de inúmeros processos históricos e no desenvolvimento das inúmeras sociedades até hoje conhecidas. Por um lado, Igualdade opõe-se a Diferença, mas, por outro, contradita-se com Desigualdade. Existe, naturalmente, uma diferença sutil envolvida nestes dois contrastes. Quando se considera o par Igualdade x Diferença (ou igual x

diferente), tem-se visto algo da ordem da essência: uma coisa ou é igual a outra (ao menos em um determinado aspecto) ou então dela difere. Podemos, no âmbito de certo número de indivíduos, considerar sua igualdade ou diferença em relação ao aspecto sexual, ao aspecto profissional, ao aspecto étnico etc. A oposição entre Igualdade e Diferença, se quisermos colocar a questão dentro de uma perspectiva semiótica, é da ordem dos “contrários” (de duas essências que se opõem)<sup>1</sup>.

Já o contraste entre Igualdade e Desigualdade refere-se, quase sempre, não a um aspecto “essencial”, mas a uma “circunstância” associada a uma forma de tratamento (mesmo que esta circunstância, aparentemente, se eternize no interior de determinados sistemas políticos ou situações sociais específicas). Trata-se de dois ou mais indivíduos com igualdade ou desigualdade em relação a algum aspecto ou direito, conforme sejam concedidos mais privilégios ou restrições a um e a outro (isto pode ocorrer independentemente de serem eles iguais ou diferentes, no que se refere ao sexo, à etnia ou à profissão). Se é verdade que as mulheres podem receber um tratamento desigual em relação aos homens, no que concerne às oportunidades de trabalho (e aqui estaremos falando na *desigualdade entre os sexos*), é também possível tratar como desigualmente dois homens que em nada difiram em relação a alguns dos seus aspectos essenciais (idade, sexo, profissão, etc.). Ou seja, Desigualdade e Diferença não são noções necessariamente interdependentes, embora possam conservar relações bem definidas no interior de determinados sistemas sociais e políticos, conforme veremos mais adiante.

Distintamente da oposição por “contrariedade” que se estabelece entre Igualdade e Diferença, a oposição entre Igualda-

<sup>1</sup> Será fundamental, para a compreensão deste ensaio e das ideias aqui apresentadas, o entendimento do sentido que estaremos atribuindo à expressão “essências”. As essências, conforme as entenderemos, são “modalidades de ser”, por contraste às circunstâncias enquanto “modalidades de estar” ou de “ter”. Nada neste trabalho, quando estivermos empregando a expressão “essências”, estará remetendo às “teorias essencialistas”. A expressão estará sendo empregada em um sentido filosófico de essências que são construídas, e não de realidades que já existem previamente à ação humana. Este aspecto ficará claro mais adiante.

de e Desigualdade é da ordem das “contradições”. Bem entendido, as contradições são sempre circunstanciais, enquanto os contrários opõem-se ao nível das essências. As contradições são geradas no interior de um processo, têm uma história, aparecem em determinado momento ou determinada situação, e, de resto, pode-se afirmar que os pares contraditórios integram-se, dialeticamente, dentro dos processos que os fizeram surgir. Por seu turno, os contrários não se misturam (amor e ódio, verdade e mentira, igual e diferente), e, dessa forma, fixam muito claramente o abismo de sua contrariedade. Logo veremos que essa distinção entre “contrários” e “contradições” tem as suas implicações, embora, neste momento, isso possa soar como filigrana semiótica.

Para o caso de que presentemente tratamos, é preciso considerar, antes de mais nada, que as diferenças são inerentes ao mundo humano – para não mencionar o mundo natural. De modo geral, a ocorrência de diferenças de toda a ordem não pode ser evitada através da ação humana. Vale ainda dizer que a ocorrência de Diferenças no mundo social está atrelada à própria diversidade inerente ao conjunto dos seres humanos, seja no que se refere a características pessoais (sexo, etnia, idade), seja no que se refere a questões externas (pertencimento por nascimento a esta ou àquela localidade, ou cidadania vinculada a este ou àquele país, por exemplo).

Enquanto pensar Diferenças significa se render à própria diversidade humana, abordar a questão da Desigualdade implica considerar a multiplicidade de espaços em que esta pode ser avaliada. Avalia-se a Desigualdade no âmbito de determinados critérios ou de certos espaços de critérios: rendas, riquezas, liberdades, acesso a serviços ou a bens primários, capacidades. Indagar sobre a Desigualdade significa sempre recolocar uma nova pergunta: Desigualdade de quê? Em relação a quê? Conforme foi ressaltado, a Desigualdade é sempre circunstancial, seja porque estará localizada historicamente dentro de um processo, seja porque estará situada, necessariamente, em um determinado espaço de reflexão ou de interpretação que a especificará (um determinado espaço teórico definidor de critéri-

os, por assim dizer). Tratar de Desigualdade implica nos colocarmos em um ponto de vista, em um certo patamar ou espaço de reflexão (econômico, político, jurídico, social, etc.). Mais ainda, implica arbitramos ou estabelecermos critérios mais ou menos claros em de cada espaço potencial de reflexão.

Para resumir esta primeira aproximação, pode-se afirmar que, em geral, a Diferença se coloca no âmbito do Ser, enquanto a Desigualdade pertence inteiramente ao mundo da Circunstância. De modo a resumir visualmente o que foi até aqui discutido com um esquema (ainda incompleto), proporei um triângulo semiótico (correspondente à metade de um *quadrado semiótico* que será completado mais tarde). Neste triângulo, a Igualdade relaciona-se horizontalmente com a Diferença (em uma coordenada dos contrários que se refere ao plano das essências), mas também se relaciona diagonalmente com a Desigualdade (em um eixo das contradições que se refere ao plano das circunstâncias). A indicação de bilateralidade (uma linha com duas setas), no eixo contraditório da relação entre Igualdade e Desigualdade, indica que esses polos são autorreversíveis, ou que é possível um deslocamento no eixo da Desigualdade. Já para a coordenada de contrariedade relacionada com os polos Igualdade e Diferença, não há, de modo geral, reversibilidade possível. Trocando em miúdos, as Desigualdades são reversíveis no sentido de que se referem a mudanças de Estado; as Diferenças, de um modo geral, não.



(Triângulo Semiótico da Igualdade)

Proporemos alguns exemplos para ilustrar os aspectos relacionados às gradações e às possibilidades de reversibilidade que afetam o eixo das Desigualdades. Consideremos o aspecto da Riqueza. Entre o homem mais rico e o mais miserável (aquele que no limite extremo é desprovido de qualquer bem), podemos imaginar todas as gradações possíveis. É possível imaginar também si-

tuações em que o homem mais rico perca riqueza (e até atinja a miséria), ou em que o miserável vá, gradualmente, adquirindo riqueza, até se tornar rico. A Desigualdade relativa à Riqueza admite tanto *reversibilidade* como *gradações* entre os seus extremos. Raciocínios análogos poderiam ser feitos para a Desigualdade relativa à liberdade de ir e vir. De um lado, teríamos o homem que pode ir a todos os lugares (que, imaginariamente, seria aquele que detém o máximo de poder, riqueza e prestígio), e, do outro, o homem que não pode ir a nenhum lugar (que poderia ser ilustrado com o exemplo de um prisioneiro na solitária). Entre estes limites extremos existem as gradações e as reversibilidades (o Ditador pode ser, um dia, preso, e o prisioneiro, libertado). Os exemplos poderiam se estender ao infinito para as Desigualdades relativas à liberdade de expressão, ao acesso a bens e serviços, à privação de direitos jurídicos, a imposições de segregação espacial, e tantas outras situações. De igual modo, na relação entre dois indivíduos, ou mesmo na comparação de um indivíduo consigo mesmo em dois momentos, inúmeras situações dicotômicas mostram-se implicadas ou inscritas em uma relação de desigualdade, o que se expressa pelo fato de que só podem ser aferidas *relativamente*: (“forte/fraco”, “instruído/ignorante”).

Uma digressão útil caberá neste ponto. Algumas dicotomias ou polarizações – mesmo que não se refiram, necessariamente, a desigualdades propriamente sociais, no sentido de que sejam impostas pelos sistemas sociais, pelos desnivelamentos econômicos, pelas implicações políticas, pelas difusões ideológicas ou pelas estratificações culturais – também remetem, de alguma maneira, ao plano circunstancial das desigualdades, ainda que, neste caso, estejamos diante de desigualdades que costumam se expressar na vida individual através de origens diversas, que não necessariamente sociais. “Estar Doente” por oposição a “Estar Saudável” – uma dicotomia cuja referência se mostrará imprescindível para uma argumentação posterior – assimila-se perfeitamente ao âmbito das desigualdades. Para se dar visibilidade a esta circunstância, que é a Doença, o “homem doente” – embora, certamente, também possa ser comparado a

outros homens (saudáveis) – é contraditado sobretudo com ele mesmo nas circunstâncias em que sua saúde está em equilíbrio, ou nas quais deveria, idealizadamente, estar em equilíbrio.

Desse modo, a Doença – que remete a fatores “desigualadores”, como “insuficiência”, “deficiência”, “enfraquecimento”, “transtorno”, “crise”, “distúrbio”, “disfunção”, “acidente”, mas também “excesso”, “elevação desmedida”<sup>2</sup> – remonta não apenas à circunstancialidade (“*estar doente*”, e não “*ser doente*”), como também às gradações que podem ser entrevistas no processo de sarar ou curar a doença. Entre a circunstância de “ficar doente” e a de “ficar saudável”, a convalescença ou o adoecimento colocam inúmeras gradações que, depois de percorridas, permitem, mais visivelmente, passar de um estado a outro<sup>3</sup>.

A Doença, por fim, contradita-se com a Saúde, porque um destes termos está inserido no outro como possibilidade. Uma noção não existe nem adquire visibilidade sem a outra. Dialeticamente, uma se produz no interior da outra. O organismo individual acolhe e medeia a passagem entre a saúde e a doença da mesma forma que, em outro âmbito, a sociedade (ou, se quisermos, o organismo social) acolhe e medeia a coexistência e as passagens entre a Riqueza e a Pobreza. Por outro lado, as condições em que se gesta a doença também são, frequentemente, produto de desigualdades sociais (subnutrição, excesso de trabalho, poluição, má qualidade de vida). Pode-se lembrar ainda que, assim como a doença produz “sintomas” (febre, congestão, restrição do movimento), a desigualdade social é denunciada por traços como marginalidade, mortalidade infantil, e outros desdobramentos que também podem ser vistos, de certo

<sup>2</sup> “insuficiência cardíaca”, “deficiência de insulina” (diabetes), “enfraquecimento ósseo” (osteoporose), “transtorno obsessivo”, “distúrbio de personalidade”, “disfunção erétil”, “crise renal”, “acidente vascular”, mas também o excesso de peso (a “obesidade”), a “hipertensão”, o “hipertiroidismo”.

<sup>3</sup> A “doença crônica” anuncia para o indivíduo que a sua doença tornou-se uma diferença. O indivíduo não *está*, mas *é* diabético ou hemofílico. A surdez ou a cegueira pode deixar de ser vista como circunstância, para que o indivíduo seja classificado como “deficiente auditivo” ou “deficiente visual”. A paralisia ou a restrição do movimento – que pode ser assimilável, em certas situações, a uma desigualdade momentânea – pode ser convertida em diferença no paralítico.

modo, como sintomas que falam aos historiadores e cientistas sociais.

Vejam, em seguida, já exemplificando com a própria dimensão da Sexualidade, como costuma se comportar a coordenada de contrariedades relacionada às Diferenças.

## 2 Sexualidades, diferença e desigualdade

Partiremos da divisão primária entre homens e mulheres. Esta divisão, de acordo com uma visão da partição sexual que tem predominado na maior parte das culturas e civilizações até hoje conhecidas, separa ao nascimento homens e mulheres de acordo com critérios genitais, que são depois confirmados por desenvolvimentos anatômicos e que, na verdade, correspondem também à dicotomia cromossômica representada pela oposição entre os cariótipos XX (mulheres) e XY (homens). Estabelecem-se, aqui, duas modalidades sexualizadas de ser.

Por mais que esta divisão primária baseada no dimorfismo sexual pareça tão natural e que seja tão inegavelmente adotada pela ampla maioria das sociedades conhecidas (mas não necessariamente todas<sup>4</sup>), “Homem” e “Mulher” – ou como quer que estas categorias sejam denominadas nas várias línguas – não são categorias a-históricas, como o pensamento comum habitua-se a considerá-las<sup>5</sup>.

Certos autores têm explorado, mais criativamente, a ideia de que não é apenas o Gênero que é histórico, mas, de certo modo, também o próprio Sexo, inclusive naquilo que, por vezes, nele parece pertencer, francamente, à esfera da natureza. O modo como os homens se apropriam dos elementos trazidos pela natureza, este é o

ponto, atribuindo relevância a uns e minimizando ou ocultando outros, relacionando alguns destes elementos com outros ou desvinculando-os, hierarquizando-os ou nivelando-os, concedendo-lhes direito à expressão ou coibindo a sua exposição, cobrindo-os ou desnudando-os – tudo isso pertence ao mundo da história e da cultura, por mais que um determinado sistema de organização da sexualidade adquira a aparência de eternidade e naturalidade<sup>6</sup>.

Mas retornemos, neste momento, à nossa base de discussão e situemo-nos dentro dos limites culturais de nossa civilização. Partiremos desta divisão sexual entre as duas diferenças que parecem bastante naturais a todos que foram educados neste modo de perceber o Sexo, com base no dimorfismo masculino-feminino, e que, adicionalmente, é marcado por um discurso legitimado no amplo predomínio estatístico da heterossexualidade naquilo que concerne ao conjunto-universo dos seres humanos que vivenciam a sua sexualidade. Vejamos como se comporta a Diferença entre “Homem” e “Mulher”, particularmente no que se refere à possibilidade de situá-las como “contrariedades” que envolvem modalidades de ser, e não como “contraditoriedades” que envolvem circunstâncias reversíveis.

Vimos atrás que as categorias que se referem ao eixo da Igualdade e Desigual-

<sup>4</sup> Gilbert Herdt (1990, p. 433-446), autor ao qual voltaremos posteriormente, examina, em um de seus artigos, duas sociedades (uma na República Dominicana e outra na Nova Guiné) que desenvolveram uma divisão primária fundada em três sexos, ao invés de dois. Estas sociedades concedem visibilidade social à sexualidade de um tipo de pseudo-hermafroditismo masculino em que alguns indivíduos XY só desenvolvem caracteres masculinos na puberdade, quando então passam a ser socialmente classificados em uma terceira categoria, que não é nem “homem” nem “mulher” (MACHADO, 2005, p. 12).

<sup>5</sup> Sobre esta questão, ver Butler (1991, 2002 e 2003).

<sup>6</sup> A relevância que certo sistema cultural de organização da sexualidade atribui a certos “dados naturais” em detrimento a outros é, aliás, outro aspecto a se considerar. Se os aspectos genitais aproximam a maior parte dos homens de outros homens e a maior parte das mulheres de outras mulheres, há também outros dados igualmente naturais que aproximam alguns homens de mulheres e algumas mulheres de homens. Pesquisas desenvolvidas no ano de 2006 revelam que o hipotálamo – estrutura cerebral que tem muita importância para o funcionamento da sexualidade humana – apresenta características diferentes em homossexuais e heterossexuais do mesmo sexo e, mais ainda, que heterossexuais de um sexo e homossexuais do sexo oposto apresentam respostas semelhantes aos feromônios masculino e feminino, que são as substâncias cuja recepção rege a orquestração dos desejos sexuais. Cientistas suecos teriam observado que “o padrão de resposta dos neurônios hipotalâmicos correlaciona-se não com o sexo do indivíduo, mas com sua preferência sexual. Assim, homens e mulheres que gostam de mulheres respondem ao feromônio feminino EST; já as mulheres e os homens que se sentem atraídos pelo masculino têm o hipotálamo sensível ao feromônio masculino AND” (HERCULANO-HOUZEL, 2006, p. 50). Nesse sentido, seria possível imaginar uma sociedade que agrupasse – com base nestes dados que não deixam de ser naturais – os indivíduos pelo seu tipo de motivação ou preferência sexual e não de acordo com as características genitais.

dade – como “pobre/rico”, “forte/fraco”, “livre/escravo” – admitem um contínuo entre seus termos extremos, isto é, estados intermediários entre o homem mais pobre e o homem mais rico ou entre o homem dotado de mais prestígio e o menos prestigiado, apenas para ficar em dois exemplos. De modo bem distinto, não existem “gradações” entre Homem e Mulher, uma vez que estas categorias estão relacionadas a “modalidades de ser” (“essências”, para utilizar a nossa nomenclatura, mas lembrando que estaremos aqui muito longe das “teorias essencialistas”). Ressalvadas certas especificidades que logo serão discutidas, ou se é uma coisa, ou se é outra. Diante dos critérios bem definidos que presidem em nossa cultura a edificação do dimorfismo sexual, afirmar que alguém é algo “entre” estas duas categorias – “Homem” e “Mulher” – ou que determinado indivíduo é “quase Homem” ou “quase Mulher”, é bastante problemático<sup>7</sup>. Mas, obviamente, a Intersexualidade e a Transexualidade, fenômenos que, de resto, seguem sendo excepcionais do ponto de vista estatístico, terão de ser analisados à parte.

Também não é possível afirmar, nos limites deste sistema, que existem gradações entre o Homem Heterossexual e a Mulher Heterossexual, situando entre estas categorias os vários casos de homossexualismo masculino e feminino. Especificamente com relação ao Homossexual, pode-se dizer que, em uma primeira instância, ele não se introduz nesta discussão como uma nova diferença biológica – ao

menos a considerar o já mencionado dimorfismo sexual fundamental que se baseia na contraposição entre os órgãos sexuais e reprodutores masculino e feminino ou mesmo nas duas alternativas cromossômicas que constituem, do ponto de vista da biologia, a regra matricial da sexualidade humana (XX e XY).

Para não nos imobilizarmos em torneios conceituais inúteis, o indivíduo homossexual, seja masculino, seja feminino, terá de ser aqui entendido como um homem ou uma mulher que apresenta suas motivações sexuais voltadas para indivíduos do mesmo sexo. Nos quadros históricos de nossa civilização, não é por ser homossexual que um homem ou uma mulher deixa de pertencer biologicamente a um ou a outro destes sexos. Assim, do ponto de vista estritamente biológico e mesmo que sejam ressaltadas eventuais especificidades cerebrais que favorecem no indivíduo homossexual o interesse erótico por seres humanos do mesmo sexo, este indivíduo homossexual continuará sempre sendo Homem ou Mulher.

Da mesma forma, o homossexual (masculino ou feminino) também não é, de nenhuma maneira, um intermediário entre o Homem e a Mulher, e não apenas porque os homossexuais são abarcados por uma e outra destas categorias. Mesmo que fixemos como ponto de apoio o Homem e Mulher heterossexuais, em vista do fato de que a ampla maioria dos homens e das mulheres desenvolve, naturalmente, uma atração pelo sexo oposto, ainda assim – e a considerar aqui a homossexualidade como uma “orientação sexual” que traz uma singularidade ao indivíduo que nela se enquadra – será forçoso dizer que ainda não teremos, no homossexual, uma mediação entre homem e mulher (heterossexuais), mas sim uma nova diferença.

Para enxergar o homossexual (de um e de outro sexo) como categorias exteriores, mas mediadoras entre as categorias Homem e Mulher (neste caso, atribuindo ao heterossexualismo a força de um padrão polarizador), seria preciso elaborar um espectro contínuo, no qual os indivíduos possuísem mais ou menos de alguma qualidade que os aproximasse disto que se está entendendo por homem ou mulher. Desde já, isso se coloca como um problema por-

<sup>7</sup> Os traços de deslocamentos, criadores de nuances de desigualdades entre as duas diferenças sexuais primárias, também podem ocorrer em diversas culturas, às vezes de maneira vaga. Emergem, por vezes, as “quase diferenças”, mas que, na verdade, são situações de desigualdade impostas dentro dos limites do dimorfismo básico, sem transcendê-lo. Pode-se exemplificar: ao empreender a análise etnográfica de uma sociedade de camponeses berberes das montanhas da Cabília, Pierre Bourdieu menciona – entre os dois modelos básicos de crianças educadas para a virilidade ou para a feminilidade – o caso dos “filhos de viúvas”. Trata-se de meninos órfãos de pai, educados sem a presença do genitor masculino na fase mais importante de ocorrência dos rituais que impõem a assimilação dos padrões de virilidade nesta cultura. Assim nos relata Bourdieu: “Em oposição aos que são chamados por vezes na Cabília de ‘filhos dos homens’, cuja educação compete a vários homens, os ‘filhos de viúva’ são vistos com suspeição de terem escapado ao trabalho de todos os instantes que é necessário evitar para que os meninos se tornem mulheres e de terem sido abandonados à ação feminilizante da própria mãe” (BOURDIEU, 2005, p. 36).

que, se o sexo masculino ou o feminino são, tradicionalmente, definidos pelos marcadores genital e cromossômico, a verdade é que, do ponto de vista destes marcadores, homossexuais são tão homens ou mulheres quanto os homens e as mulheres heterossexuais (e, obviamente, se quisermos complicar ainda mais, como também os bissexuais).

Rigorosamente falando, ninguém é mais Homem ou mais Mulher que um semelhante seu. Biologicamente, ou se é uma coisa ou se é a outra, a ressaltar casos excepcionais, como o hermafroditismo e alguns transgêneros, que podem trazer alguma polêmica. Culturalmente, mesmo que devam ser necessariamente admitidas algumas outras categorias, tampouco se poderá dizer que um homem é mais homossexual que outro ou que uma mulher é mais lésbica que outra. Da perspectiva de que o que está em jogo aqui é o objeto de desejo sexual de cada indivíduo, uma mulher será considerada lésbica, bissexual ou heterossexual.

Acima de tudo, uma mulher não pode ser mais mulher que outra; quando muito, pode-se dizer que tal ou qual mulher possui mais feminilidade com relação a determinado padrão vigente e culturalmente construído. De maneira análoga, não se pode dizer que alguém é mais cristão ou mais muçulmano que seu semelhante; o que se pode dizer é que alguém possui mais devoção religiosa no âmbito do islamismo ou do cristianismo, que cumpre, mais rigorosamente, os preceitos da religião etc. De igual maneira, as cidadanias nacionais não permitem que se diga que alguém é mais russo ou brasileiro que outro, embora alguém possa postular que um indivíduo apresenta mais “brasilidade” que outro, o que, em todo o caso, iria gerar alguma controvérsia. De qualquer modo, este é o padrão das “diferenças”: o registro de uma “singularidade” – ou uma questão de “ser” ou “não ser”, para recolocar a questão de uma outra forma.

Em suma, tal como ocorre com os demais tipos de diferenças, as diferenças sexuais (biológicas ou culturais) distinguem-se

umas das outras como “modalidades de ser”, e não como pontos focais de um espectro desigual e hierarquizado de variações<sup>8</sup>.

### 3 Diferenças sexuais para além do dimorfismo tradicional

As situações relacionadas ao *transgenderismo* e também a ambiguidades corporais diversas podem ajudar a iluminar o que até aqui foi considerado a respeito das diferenças sexuais. Para começar, será importante que se entenda que casos como o do *hermafroditismo* (ou da intersexualidade) – em que existe uma ambiguidade corporal, que pode se apresentar sob a forma de presença simultânea de genitais masculino e feminino – devem ser entendidos como exemplos de duas essências que se superpõem (o masculino e o feminino), produzindo, na verdade, uma nova essência.

O *intersexual*, que consiste na situação em que, mais facilmente, poder-se-ia pensar em algo que está “entre” os dois sexos tradicionais, na verdade também constitui uma nova diferença. É certo, também, que se inscreve em uma arena para inevitáveis polêmicas a decisão de considerar o *intersexual* como “diferença” que pode ser conservada, se este for o desejo do indivíduo em questão ou da família do recém-nas-

<sup>8</sup> Alguns modelos de percepção da sexualidade humana, como um *continuum*, ajudaram, a seu tempo, a construir a história das teorias sobre o sexo. Mas mesmo nestes casos, hoje pouco sustentáveis, sempre se falou de um *continuum* de diferenças e não de um *continuum* de desigualdades. Vale lembrar a teoria sobre a sexualidade, proposta em meados do século XX pelo sexólogo alemão Harry Benjamin (que aliás foi o difusor, em 1953, do conceito de “transexualidade”). Benjamin (1885-1986) imaginava o sexo como uma complexa montagem envolvendo múltiplos componentes (sexos cromossômico, genital, anatômico, psicológico, legal etc.). A partir daí, imaginava uma espécie de *continuum* entre os polos idealizados “Homem” e “Mulher”, considerando que, através deste *continuum*, cada indivíduo vai se definindo “pela importância quantitativa dos fatores masculinos ou femininos encontrados no sortimento dos diversos ‘sexos’ que o compunham” (FRIGNET, 2002, p. 85). Para fecho de sua construção teórica, Benjamin elaborou uma “Escala de Orientação Sexual”, no interior da qual podiam se expressar diversos conflitos entre os vários sexos fatoriais. Um dos conflitos mais radicais emergente do confronto entre os diferentes quantitativos sexuais inerentes ao mesmo indivíduo seria o transexualismo, no qual se contrariam o cérebro típico de um sexo e a estrutura corpórea típica de outro (BENJAMIN, 1968).

cido, ou então a decisão de enquadrá-lo, medicamente, como “desigualdade” que deve, necessariamente, ser corrigida, em favor de um ou outro dos sexos tradicionais. Mal encaminhada, uma questão como esta pode conduzir a transtornos e problemas psicológicos profundos, e é notório o caso histórico de Abel Barbin (Adelaide Herculine Barbin) – hermafrodita francesa do século XIX que, classificada, inicialmente, como pertencente ao sexo feminino, foi, posteriormente, reclassificada como pertencente ao sexo masculino, terminando por cometer o suicídio, em 1868. Tendo escrito um diário durante sua vida, sua história tornou-se amplamente conhecida depois que este foi publicado por Michel Foucault – que aliás sempre foi um autor extremamente preocupado em dar voz às diferenças<sup>9</sup>.

Se os hermafroditas ou intersexuais colocam um problema um pouco mais difícil para o novelo das desigualdades e diferenças sexuais, já os indivíduos *bigendered* se apresentam, mais claramente, como pessoas que alternam os dois gêneros clássicos – dispondo-se a viver os papéis de homem e mulher alternadamente - há indivíduos que vivem semanas em cada gênero, e outros que sentem a necessidade imperiosa de viver em um dos dois gêneros clássicos apenas por algumas horas. Neste caso, o que ocorre é a prática de uma alternância de duas essências no mesmo indivíduo, em momentos distintos. Os *bigendered*, poder-se-ia dizer, deslocam-se entre duas diferenças sexuais. Sua identidade inscreve-se neste movimento, ela é este mesmo movimento.

Situação distinta pode ser exemplificada com o *transexualismo (disforia neurodiscordante de gênero)*, como muitos preferem tratar<sup>10</sup>. Expresso através de intenso sentimento de não-pertença ao seu sexo anatômico<sup>11</sup> e, a nosso ver, caracterizado pela ocorrência de duas essências que se contrariam dolorosamente no mesmo ser, o

transexualismo abarca casos de indivíduos que, psicologicamente, sentem-se pertencentes a um sexo ou que possuem um cérebro francamente enquadrável neste sexo do ponto de vista morfológico, mas que nasceram ou pensam ter nascido com o corpo pertinente ao outro sexo, o que, por vezes, os leva a buscar corrigir, através de uma cirurgia de mudança de sexo, aquilo que consideram um “erro da natureza”.

A “disforia de gênero”, fenômeno da sexualidade humana que pode levar ao que se entende como transexualismo, corresponde, portanto, aos indivíduos que possuem ou se veem como possuindo um cérebro feminino dentro de um corpo masculino (MTF), ou, inversamente, um cérebro masculino em corpo feminino (FTM). Diríamos aqui que, para o sistema conceitual que movimentamos, estaríamos, neste caso, diante de um conflito dolorosamente vivenciado pelo indivíduo perante a simultaneidade entre duas diferenças<sup>12</sup>.

Em âmbito bem diverso de considerações, poderiam ser citados casos como o das *drag queens*, que são homens que sentem a necessidade imperiosa de investirem publicamente em uma visualidade e em um comportamento andrógino, ou das *flame queens*, que são aquelas que se apresentam como “parcialmente travestidas”<sup>13</sup>. Ao contrário do que ocorre com o transexualismo, a superposição de diferenças nas *drag queens* e *flame queens* não parece ser

<sup>9</sup> FOUCAULT, 1981. É significativo, aliás, o título escolhido por Foucault para o prefácio que introduz o livro de Barbin: “Precisamos verdadeiramente de um verdadeiro sexo?”.

<sup>10</sup> FISK, 1973.

<sup>11</sup> CASTEL, 2001, p. 77. O fenômeno também pode ser colocado em termos de uma incoerência entre sexo e gênero. Ver ARAN (2006).

<sup>12</sup> Na terminologia sexológica, a letra “T” tem sido utilizada para indicar o transgenderismo. MTF corresponde ao indivíduo que, em virtude dos marcadores cromossômico e genital, foi identificado, no nascimento, como pertencente ao gênero masculino, mas que atravessa este gênero em direção ao feminino (o gênero alvo). O inverso ocorre com relação aos indivíduos FTM. O transexual, portanto, é o indivíduo que está “em transição” ou que se transicionou para um papel social do gênero oposto, em muitos casos, redesignando o seu corpo. A busca do transexual, portanto, vai ao encontro do seu cérebro, contrariando o restante do seu corpo. O conceito de “transexualismo” consolida-se em 1953, após a primeira experiência de intervenção cirúrgica visando à mudança de sexo (1952), o que deu visibilidade pública aos casos de “disforia de gênero”.

<sup>13</sup> DUBERMAN, 1993. A utilização do termo “travesti”, criado originalmente em 1910 pelo sexólogo Magnus Hirschfeld (1991), já traz consigo algumas complexidades adicionais. Nesta acepção primeira, o conceito estaria relacionado a indivíduos que obtêm prazer sexual ao utilizar trajes típicos do sexo oposto e isto independente da orientação sexual do indivíduo, que não seria, necessariamente, homossexual. Posteriormente, com a prática da prostituição homossexual ou bissexual por parte de indivíduos do sexo masculino travestidos de mulher, “travesti” passou, no âmbito popular, a designar este tipo de profissional do sexo.

vivenciada dolorosamente, passando longe de qualquer desejo de uma operação cirúrgica que elimine esta simultaneidade. Ao contrário disso, as *drag queens* ostentam, alegremente, e, por vezes de modo caricato, esta superposição de diferenças<sup>14</sup>.

Sobre a distinção entre o *homossexualismo*<sup>15</sup> e o *transgenderismo*, importante de ser pontuada, é interessante se ter em vista que o *homossexualismo* tende a ser definido, nos dias de hoje, como uma “orientação” relativa ao campo de preferências ou atrações sexuais que afetam uma pessoa (no caso, a atração pelo mesmo sexo), ao passo que o *transgenderismo* – nas suas várias formas já mencionadas – refere-se a uma questão de identidade autorreferenciada, àquilo que o indivíduo sente que é ou às imprecisões que caracterizam a sua autopercepção, aos papéis sociais sexualizados que pretende desempenhar ou à imagem que estes indivíduos constroem de si mesmos através do comportamento, da visualidade ou do vestuário. Nada impede, obviamente, que estas duas categorias mais amplas – o *homossexualismo* e o *transgenderismo* – se imbriquem em indivíduos específicos, o que também não ocorre necessariamente<sup>16</sup>.

O que é importante de se ter em vista é que, em todos estes casos, e em diversas outras expressões ligadas à sexualidade que poderiam ser consideradas, estaremos sempre diante de *diferenças* que se dão nos vários âmbitos relativos à sexualidade e não de posições contraditórias inseridas em um *continuum* numa escala. Restituir ou instituir para estas diferenças sexuais o estatuto de essências que se *contrariam* – e não de realidades desiguais que se *contraditam* no interior de um *continuum* que legitimaria

apenas os polos clássicos “Homem” e “Mulher” (heterossexuais) – é deixar de considerar as demais realidades sexuais como meros desvios ou aberrações que se afastam ou que se confundem em uma linha única que se estende entre aqueles dois polos clássicos que seriam os únicos legítimos. Quando se fala em *contradições* (em circunstâncias), passa-se a ideia de algo que pode ou deve ser superado; quando se fala em *essências*, estamos já no âmbito de diferenças que se afirmam com o mesmo grau de legitimidade. As desigualdades sexuais (as discriminações contra a mulher ou contra certas formas de expressão sexual) situam-se no plano das contradições e, nesse sentido, podem e devem ser superadas; mas as diferenças sexuais teriam o direito de serem afirmadas, se este for o interesse dos indivíduos a elas relacionados.

A história da afirmação das diferentes formas de expressão sexual, bem como de sua repressão médica, legal e pedagógica, é constituída de ambíguos episódios de uma luta que se dá em torno do deslocamento das diferenças sexuais para o âmbito das desigualdades sociais e vice-versa. Sigmund Freud, nos seus *Três ensaios sobre uma teoria sexual*<sup>17</sup>, escritos em 1905, deu um passo importante para uma compreensão menos estreita da sexualidade humana, ao reconhecer, contra toda a teoria de sua época, a presença da sexualidade na infância (para Freud, a criança é, nos seus primeiros anos, um “perverso polimorfo”, capaz de se satisfazer de múltiplas maneiras). Contudo, também nestas primeiras publicações, Freud considera que a “perversão” adulta seria ocasionada por uma “detenção do desenvolvimento”, que imobilizaria o indivíduo nestas primeiras formas de satisfação. Está implícita aqui a ideia de um “desenvolvimento normal”, de uma normalidade sexual que deveria ser atingida. Se aplicarmos este episódio da história da teoria sexual ao quadro conceitual que aqui estamos desenvolvendo, poderemos afirmar que as “diferenças sexuais” passam aqui (ou continuam aqui) a serem associadas a “desenvolvimentos desiguais”, em referência a um certo padrão de normalidade que, certamente, não

<sup>14</sup> Vale lembrar que, para o caso do *transformismo*, considerado uma profissão, não teríamos, necessariamente, sintonia com modalidades como o *drag queenismo* e, muito menos, com o homossexualismo. Um ator que tenha orientação inteiramente heterossexual e que, na sua vida cotidiana, não esteja sintonizado com nenhuma das variações acima descritas, pode praticar profissionalmente o transformismo, sem nenhuma repercussão para sua sexualidade.

<sup>15</sup> O conceito é introduzido em 1869 pelo médico húngaro Karoly Benkert.

<sup>16</sup> Sobre *Diferenças Sexuais* e um panorama de suas abordagens na teoria psicanalítica, ver o ensaio de Ethel Person e Lionel Ovesey intitulado “Teorias psicanalíticas da identidade de gênero” (CECCARELLI, 1999).

<sup>17</sup> FREUD, 1998.

é mais que um constructo sociocultural que se faz acompanhar de um vocabulário específico para designar tudo aquilo que fica fora do desenvolvimento considerado normal. Com “perversões” e “desvios”, afirma-se aqui um vocabulário da exclusão; a diferença faz-se desigualdade, torna-se legítimo reprimi-la e útil corrigi-la.

Cada diferença sexual, antes vista como desviante, trava o seu combate particular nesta complexa guerra de representações. A trajetória do homossexualismo, percorrendo, na história de sua recepção, nuances que vão do “pecado” e do “crime” à “doença” e ao “estilo de comportamento”, revela uma tenaz luta de representações que, entre avanços e recuos, parece conduzir à sua afirmação como Diferença, e não como Desigualdade (desvio, perversão, doença, crime, pecado). As últimas décadas do século XX trazem, nos meios médicos e legais de países ocidentais, os resultados mais claros desta afirmação da Diferença. Assim, em 1991, a Organização Mundial de Saúde, através da 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), abandonaria, definitivamente, qualquer consideração do homossexualismo como doença mental. Enquanto isso, também para o *Manual de Diagnóstico e Estatística* (DSM III), a homossexualidade já não seria mais indicada como perversão, passando a ser definida como “estilo de comportamento”.

No Brasil, desde 1985, o Conselho Federal de Medicina já não qualifica o homossexualismo como desvio sexual e, em março de 1999, o Conselho Federal de Psicologia coloca a si mesmo a necessidade de redigir uma resolução amparada no reconhecimento de que a homossexualidade não constitui doença, distúrbio ou perversão, de modo que a atuação dos psicólogos frente a esta orientação sexual não deveria se pautar pela ideia de que o paciente homossexual seria portador de patologia. Considerar o homossexualismo como uma doença que deveria ser tratada ou uma espécie de desigualdade a ser corrigida é, nesse sentido, desaconselhado. Oficialmente descolada dos estigmas históricos de criminalidade ou doença, a Diferença homossexual termina

por se afirmar, enfaticamente, nos planos jurídico e médico<sup>18</sup>.

Também no que se refere ao âmbito da história das teorias sobre a sexualidade, podemos entender, concomitantemente, as proposições do sociólogo americano Gilbert Herdt, nos anos 1980, como um lance a mais nesta luta de representações. Colocando-se criticamente em relação às referências que se faziam ao homossexualismo como “doença”, “desvio” ou “perversão” (como algo da ordem da desigualdade, portanto), Herdt teve a ideia de trazer para os estudos da sexualidade o conceito de um Terceiro Sexo ou de um Terceiro Gênero<sup>19</sup>. Essa solução, diga-se de passagem, também abriria a possibilidade de se falar em um quarto, quinto, sexto sexo etc., à medida que se queira afirmar, de modo mais enfático, um estatuto de diferença (e não de desvio, de insuficiência, de desigualdade) a outras variações e orientações sexuais.

A intenção de Herdt era, precisamente, a de questionar a ideia de um inevitável dimorfismo sexual, o que estaria implicado em sistemas que meramente se baseassem na consideração dos genitais. Mas é importante ressaltar que, para Herdt, a construção de uma terceira categoria para o sexo era mesmo assumida como uma estratégia conceitual que visava ultrapassar a dicotomia entre o masculino e o feminino absolutos. Seu ponto de partida foi o de mostrar que as várias culturas do planeta não fundamentavam, necessariamente, as suas percepções da sexualidade a partir das mesmas classificações anatômicas e biológicas – e aqui entram as já mencionadas análises de Herdt sobre sociedades da Nova Guiné e República Dominicana, que praticavam uma partição ternária do sexo. Não era sua intenção, na verdade, “essencializar” em termos absolutos a proposta categoria do “terceiro sexo”, uma vez que a considerava

<sup>18</sup> Com relação à avaliação do homossexualismo como “estilo de comportamento”, deve-se atentar, ainda, para o uso adjetivado de homossexual, como indicativo de um “comportamento homossexual”, em oposição a um “comportamento heterossexual”, registrando-se que um mesmo indivíduo pode apresentar comportamentos heterossexuais e homossexuais no decurso de sua vida.

<sup>19</sup> HERDT, 1994. É importante lembrar, ainda, que a expressão “terceiro sexo” já havia aparecido em textos de ativistas *gays*, como Karl Heinrich Ulrichs (1825-1895) e Magnus Hirschfeld (1868-1935).

uma construção histórico-cultural<sup>20</sup>. Instituir o homossexualismo, mais claramente, como Diferença e, portando, combater o seu tratamento desigual era o seu alvo último. O conceito por ele inventado constituía apenas o arco e a seta utilizados para atingir este alvo.

O importante, para a presente discussão, é que a criação de uma categoria como a do “terceiro sexo” desponta, neste caso, como uma hábil estratégia para impor o reconhecimento social de uma diferença. Da mesma forma, o reconhecimento da homossexualidade como “orientação sexual” foi, a seu tempo, outro lance nesta luta de representações. Se a orientação homossexual é rígida ou tem a sua recorrência facilitada por predisposições genéticas ou não, conforme tem sido investigado em pesquisas mais recentes, estes são novos eventos neste mesmo embate. De qualquer maneira, a afirmação da homossexualidade feminina ou masculina como Diferenças, ambas situadas no mesmo nível das heterossexualidades masculina e feminina e reivindicando os mesmos direitos (ou seja, rejeitando a Desigualdade), desponta como tendência nas sociedades ocidentais contemporâneas. Não importa, para a nossa discussão, se o homossexualismo deve sintonizar-se com a ideia de um “terceiro sexo”, como aventou Herdt, ou se falaremos em indivíduos do sexo masculino ou feminino com orientação homossexual. Em ambos os casos, as singularidades do homossexual masculino e da homossexual feminina anunciam-se como diferenças (“essências”, isto é “modalidades de ser”, e não “circunstâncias” representativas de aspectos relacionados a desigualdades)<sup>21</sup>.

#### 4 As diferenças são essências construídas (e em construção)

Registraremos, em função do que até aqui se discorreu, que as Desigualdades relacionam-se, mais frequentemente, ao *Estar* ou mesmo ao *Ter* (pode-se “ter” mais riqueza, mais liberdade, mais direitos políticos), enquanto as Diferenças relacionam-se, mais habitualmente, ao *Ser* (“ser negro”, “ser brasileiro”, “ser mulher”). Pertencer (beneficiar-se ou sofrer de um sentimento de pertença a algo), é, por outro lado, o verbo limítrofe, ora referido a desigualdades, ora a diferenças. Pode-se pertencer a uma etnia, nacionalidade, religião ou a um dos sexos, e, neste caso, “pertencer” assinala uma diferença; mas pode-se pertencer a um clube fechado ou a uma classe econômica ou política para a qual adquiriu os elementos que regem a possibilidade de inclusão no novo grupo. Aqui, certamente, estaremos falando de um “pertencer” que se refere às desigualdades, e não às diferenças, e tão rápida ou demoradamente como adentramos o novo grupo instituidor de privilégios e obrigações, também poderemos ser expelidos ou deslizar para fora dele.

O requisito para prosseguirmos, a partir dos exemplos até aqui examinados e de outros, é que fique claro que as diferenças são “essências construídas” (e em construção). Mesmo que uma determinada diferença possua um núcleo aparentemente formado por elementos naturais (uma cor, um sexo, uma faixa etária), tudo o que se elabora socialmente em torno e que passa a ser vivido, individualmente, por cada um (muitas vezes como se fosse “natural”) é, inevitavelmente, uma construção. “Ser mulher” ou “ser velho” (como “ser brasileiro” ou “ser cristão”) é algo que se aprende e que muda historicamente.

“Ser mulher” hoje, no Ocidente do mundo capitalista, significa algo distinto de “ser mulher” na Antiguidade, embora possamos encontrar também elementos de longa duração; também há variações pequenas ou distinções mais ou menos fortes em relação a ser mulher em outras sociedades contemporâneas. De qualquer forma, em todas as épocas, a experiência de se tornar mulher, de ser percebida como mulher – e

<sup>20</sup> MACHADO, 2005, p. 259.

<sup>21</sup> Para além do surgimento de propostas como a de Herdt ou de reposicionamentos nas Associações Médicas com vistas a considerar o homossexualismo como orientação sexual ou estilo de vida, estes mesmos anos 1980 constituem, efetivamente, um momento de virada, para a afirmação das diferenças sexuais. Vale lembrar o surgimento, nesta década, do *Queer Studies*, movimento acadêmico surgido nas universidades americanas buscando inserir as discussões sobre as minorias sexuais, orientações sexuais e identidades de gênero em um espaço definido de saber. Ver JAGOSE (1997), LAURETIS (1991) e RUBIN (1989).

de se identificar como mulher – implica muito mais que uma definição genital e uma sinalização cromossômica. Aprende-se, sem o saber, uma certa maneira de andar, da mesma maneira que se aprende uma certa postura corporal, um modo específico de manter-se em pé, um repertório de entonações, um gestual que cada cultura destinou a este ou àquele sexo, bem como uma capacidade específica de identificar, com alguma clareza, os espaços franqueados e interditos do discurso para cada um. A própria roupa e os artefatos que se disponibilizam para este ou aquele sexo o introduz em um mundo de liberdades e restrições.

Esse padrão, ou um certo repertório de modelos, é aprendido; e a arte e as técnicas para transgredi-lo – com parcial ou plena consciência das repercussões possíveis – também farão parte deste aprendizado. O repertório de modelos e transgressões oferecido pela sociedade para a diferença sexual feminina, obviamente, irá entrecruzar-se, de modo complexo, com inúmeros fatores e dialogar com outras diferenças e também com certas desigualdades. A combinação com uma religião específica, uma nacionalidade, uma etnia, a faixa etária, mas também com a classe socioeconômica e com circunstâncias familiares específicas, no plano das desigualdades, orientará cada mulher concreta a escolher, consciente ou inconscientemente, os seus caminhos dentro do repertório franqueado à sua diferença sexual.

Da materialidade do vestuário e dos objetos pertinentes a cada sexo ao imaginário a que este sexo estará associado ou, também, aos padrões de comportamento a serem sutilmente aprendidos pelos indivíduos – este repertório em que será possível fazer algumas escolhas, é certo, mas que ainda assim é um repertório –, tudo conspira para construir uma determinada essência (uma certa modalidade de ser) em torno do núcleo primário de fatores em que se fundou cada um dos sexos ou mesmo em torno de cada uma das formas de sexualidade em particular.

Aprende-se também a ser criança, jovem, um homem maduro, ou um velho, e não apenas porque a natureza permita ou impeça, a cada uma das faixas etárias, exe-

cutar certos movimentos ou imponha certas restrições corporais, determinadas limitações ou determinados cuidados. A cada faixa etária, uma cultura pode atribuir um conjunto específico de responsabilidades e irresponsabilidades e as disposições psicológicas decorrentes das mesmas. Aprende-se isto sem se perceber. O indivíduo é educado diuturnamente para se enquadrar na sua diferença, na essência que a ele corresponde naquele momento, e, no caso da variação das faixas etárias, para ultrapassar cada compartimento diferencial na época adequada. Pode-se criar certa forma de comunicação voltada para as crianças – um *tatibitate* infantilizado, por exemplo – que pode contribuir para retardar ou orientar o seu desenvolvimento em direção às expectativas que a sociedade constrói em torno do que acredita que deva ser uma criança. Da mesma forma, ao idoso, sopesadas as restrições pertinentes à sua condição social, algo mais se permite que não ao homem maduro, ao mesmo tempo em que, em outra ponta, são fechados os seus caminhos. Aprende-se a ser idoso como se aprende a ser criança, e aprende-se a ser idoso ou criança de um sexo ou outro.

Às diferenças de cada tipo – que afetam um ser humano como indivíduo ou como membro de um grupo social – são afeitos também certos tipos de desigualdades. Às diferenças de sexo podem se juntar as desigualdades de sexo; às diferenças etárias podem-se juntar os preconceitos contra o jovem ou contra o idoso. Ao indivíduo identificado ou autoidentificado como “negro”, um determinado sistema de dominação econômica e política que favorece o “branco” poderá interpor pesadas restrições e preconceitos, explícitos ou silenciosos.

Este novelo, que termina por concretizar um emaranhado de desigualdades e diferenças, nem sempre é fácil de ser examinado. De qualquer forma, a compreensão das distinções entre Desigualdade e Diferença, no âmbito dos aspectos que foram discutidos até aqui, é certamente imprescindível para que se possa perceber adequadamente como estas duas noções têm se relacionado entre si no âmbito social.

## 5 Deslocamentos entre a desigualdade e a diferença: a questão da sexualidade

Até aqui nos concentramos nas relações entre Igualdade e Diferença e entre Igualdade e Desigualdade. Já a relação entre Desigualdade e Diferença é um capítulo bastante complexo na história das sociedades humanas. Uma sociedade pode assumir – concreta ou imaginariamente – um determinado tipo de conexão entre diferença e desigualdade (ou entre alguns tipos de diferenças e a desigualdade social ou política).

Nas democracias modernas desenvolve-se o imaginário (nem sempre correspondente às situações concretas e efetivas) de que certas diferenças não devem gerar desigualdade. Neste caso, considera-se que devem ser tratadas com igualdade as diferenças de cor, sexo ou religião. Nem sempre foi assim e ainda não é assim em diversas sociedades que afirmam, concreta e imaginariamente, o vínculo entre a desigualdade social e as diferenças deste tipo. São notórios os exemplos medievais de segregação espacial de certos grupos religiosos em bairros específicos, e não está longe no tempo o exemplo do *Apartheid*, que correspondeu à bem conhecida política de segregação étnica oficializada na África do Sul NO período de 1948 a 1990<sup>22</sup>. Nestes casos, a conexão entre Diferença e Desigualdade implica também *Exclusão* ou Segregação, outras noções que colaboram na mesma rede de significados. “Discriminar” remete também ao cultivo daquilo que podemos conceituar como “preconceito” – um “conjunto de atitudes que provocam, favorecem ou justificam medidas de discriminação”<sup>23</sup>.

As diferenças sexuais, na história das várias sociedades conhecidas, estiveram, frequentemente, emaranhadas com desigualdades sexuais. Tratando-se das minorias se-

xuais, situação por demais evidente, basta citar, neste momento, os igualmente notórios e conhecidos exemplos de desigualdade imposta à mulher nas diversas sociedades conhecidas. A questão que estudaremos em seguida, particularmente interessante, refere-se aos deslocamentos que se dão entre os âmbitos da Desigualdade e da Diferença com propósitos de dominação.

Aqui nos referiremos à possibilidade de que uma determinada “contradição” relacionada com Desigualdade passe a ser lida, socialmente, como “contrariedade” relacionada com Diferenças. Antes de adentrarmos a questão da imposição histórica de desigualdades sociais à diferença feminina – ou mesmo das falsificações históricas da singularidade feminina como desigualdade, e não como diferença – lembraremos outra questão histórica importante, que foi a da oposição entre Liberdade e Escravidão. Naturalmente que, se considerarmos que a Escravidão é a privação de Liberdade, deveremos, de imediato, localizar este par de contraditórios no eixo circunstancial da Desigualdade. O Escravo é aquele que perdeu a Liberdade. A escravidão e a condição de homem livre constituem, cada qual, um “estado”, uma circunstância (estas duas noções interagem reciprocamente como contradições, e não como diferenças). A estratificação social no Brasil Colonial, que aqui apenas evocamos como um exemplo rápido, fundou-se, precisamente, no deslocamento imaginário da noção desigualadora de Escravo para uma coordenada de contrários fundada sob a perspectiva da Diferença entre homens livres e escravos. Nesta nova perspectiva, um indivíduo não *está* escravo, ele *é* escravo.

Outros deslocamentos que se dão entre o eixo circunstancial das Desigualdades e a coordenada essencial das Diferenças são bastante recorrentes no período moderno, envolvendo diversos outros contextos, para além da questão da Escravidão. A noção de Nobreza, seja no período antigo, seja no início do período medieval, foi gerada a partir de certas circunstâncias de desigualdade ligadas ao acesso a terra e à posse de armas. No decorrer de um complexo processo histórico, a oposição do par contraditório “nobre/não-nobre” foi deslocada para uma coordenada de contrariedades em que “nobre”

<sup>22</sup> A palavra “apartheid” significava, literalmente, “separação”, então considerada em relação à divisão estabelecida para o comando político do país entre a minoria branca e um amplo setor de excluídos, formado pela maioria racial dos negros e pelas minorias mestiças e asiáticas. Sobre o *Apartheid*, ver o ensaio de Marianne CORNEVIN (1979).

<sup>23</sup> ROSE, 1972, p. 162.

passou a ser designativo de uma essência. Nascia-se “nobre” (embora esta ideia tenha de ter convivido com a ideia antagônica de que “faziam-se nobres”, sobretudo a partir das mãos do rei).

É sintomático que, no preâmbulo dos movimentos sociais contra os privilégios aristocráticos, já no período de questionamento do Antigo Regime que se deu na Europa Moderna, os filósofos iluministas tenham se esforçado por elaborar uma nova leitura da noção de Nobreza, reencaminhando-a do eixo essencial das Diferenças ao eixo circunstancial da Desigualdade. O circunstancial, conforme vimos, é mais maleável à ação humana e está, por isso, mais claramente sujeito à história. De igual modo, o movimento revolucionário só pôde remover o monarca de sua posição absolutista quando desconstruiu o seu misterioso halo de Diferença, regrado a direito divino, e passou a ler a figura régia como a de um agente instaurador de desigualdade, um tirano! Não é possível cortar a cabeça de um rei diferenciado de todos os homens pelo próprio Criador, mas, facilmente, decapita-se um tirano que fora alçado ao poder por mecanismos de desigualdade inventados pelos próprios homens. Destituído da Diferença e declarada a sua Desigualdade, o rei facilmente perde a cabeça.

Enfim, diversos exemplos históricos mostram-nos as profundas implicações que se escondem na leitura das Desigualdades como Diferenças ou das Diferenças como Desigualdades. Obviamente, estes deslocamentos não são gratuitos e não ocorrem senão como signos de profundas alterações que vão se dando na história de determinadas sociedades. A questão em que nos concentraremos a seguir é, precisamente, a da ocorrência de deslocamentos históricos entre Desigualdade e Diferença no plano da sexualidade. Veremos como a mulher deixa de ser vista, por certos sistemas históricos de dominação masculina, como diferença para ser compreendida como o desigual – e, pior, como um desigual sancionado pela própria natureza.

## 6 Mulher: da incompletude medieval às lutas pela plenitude

Na filosofia da Idade Média, teve bastante recorrência a ideia de que a Mulher era um Homem incompleto (assim como a de que a Criança é um adulto incipiente). Percebe-se aqui, desde já, que uma Diferença sexual natural bastante evidente (nos limites da própria cultura em que se apoia) é relida como uma Desigualdade na origem. A ideia de que a mulher é um “homem inacabado” (um “*mas occasionatus*”) é, na verdade, uma herança aristotélica que se estendeu e ganhou força no período medieval, particularmente com o pensamento de São Tomás de Aquino<sup>24</sup>. Assim, esse “*mas occasionatus*” que seria a mulher era aqui visto como mero receptáculo passivo para a força generativa única do varão, acrescentando ainda São Tomás de Aquino que “a mulher necessita do homem não somente para engendrar, como fazem os animais, senão também para governar, porquanto o homem é mais perfeito por sua razão e mais forte por sua virtude”<sup>25</sup>.

As propostas de Tomás de Aquino (1227-1274 d.C.) para o entendimento da sexualidade humana e para uma argumentação acerca da existência de uma distinção hierárquica entre os dois gêneros vinham, como se disse, de longínquas fontes clássicas e remetiam a uma bem ajustada combinação entre o modelo da “ordem dos seres”, proposto pelo filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) – um modelo que reservava ao homem o grau máximo da perfeição metafísica, deixando a mulher em segundo lugar – e o modelo de “corpo anatômico” elaborado por Galeno (129-200 d.C.), médico da Roma Antiga<sup>26</sup>. Remonta daí um padrão de percepção das anatomias dos dois gêneros como variações derivadas de um modelo fisiológico e anatômico único – o masculino –, notando-se que, para o caso dos órgãos genitais, o homem os teria voltados para fora e a mulher os teria internalizados

<sup>24</sup> Tomás de Aquino. *Summa Theologica* I. q. 92, a. 1 ad. 4.

<sup>25</sup> Tomás de Aquino. *Summa contra Gentiles* III, 123.

<sup>26</sup> Sobre isto ver o texto de Paulo Roberto Ceccarelli, com o título “Diferenças Sexuais... Quantas Existem?” (CECCARELLI, 1997).

(configurando-se assim uma inferioridade, uma incompletude, como veremos mais adiante)<sup>27</sup>.

Segundo as implicações desta que hoje nos soaria como uma estranha perspectiva sobre os sexos, a própria Natureza teria tratado desigualmente os seres na sua origem, gerando uns que são completos e outros que são incompletos. Cria-se aí uma hierarquia “natural”, que reforça as hierarquias sociais e políticas, nas quais o completo está acima do incompleto, ou o Homem acima da Mulher.

Essa ideologia de bases antigas e medievais sobre as distinções e relações de gênero, aliás, parece não desaparecer totalmente com a medievalidade e estende-se, de alguma maneira, até o século XVIII<sup>28</sup>, quando, sob as luzes da Ilustração, começa-se a pensar, pela primeira vez, uma sistematização mais atenta e particularizada acerca das diferenças anatômicas e fisiológicas entre os dois sexos, sendo que um não era mais visto como derivado do outro – ou como a “incompletude” do outro –, o que acabou permitindo a alguns dos filósofos iluministas “desnaturalizar” a desigualdade sexual e reconhecer a necessidade de um espaço social e político para a mulher. Mas, mesmo modernidade adentro, após um período relativamente breve de valorização da diferença feminina com o Iluminismo francês, logo iremos encontrar diversos autores que voltam a sustentar, mais inflexivelmente, a ideia de incompletude da mulher em relação ao homem ou mesmo a existência de uma desigualdade sexual natural.<sup>29</sup>

Retomando as origens medievais, vale ainda lembrar que, para a mesma época em que São Tomás de Aquino resgatava a noção aristotélica da mulher como “homem inacabado”, a historiadora Christine Pouchelle (1983) iria descobrir nas anotações de um cirurgião medieval e em outras fontes do mesmo período a representação da vagina como “falo invertido”. Desta maneira, ora representada como “homem inacabado”, ora como “homem invertido”, a mulher perde, nas representações geradas pela dominação masculina medieval, o direito a ser percebida como singularidade, como “diferença”, como fisiologia específica e, portanto, como psicologia específica. Tal como observa Pierre Bourdieu em seu estudo sobre *A Dominação Masculina* (1998), com base nestes diversos exemplos e considerando esta atmosfera medieval de representações na qual o masculino e o feminino são vistos não como fisiologias diferenciadas e singulares, mas sim como as variantes superior e inferior de uma mesma e única fisiologia, não é difícil compreender por que, “até o Renascimento, não se dispusesse de terminologia anatômica para descrever em detalhes o sexo da mulher, que é representado como composto dos mesmos órgãos que o do homem, apenas que dispostos de maneira inversa”<sup>30</sup>.

Esteja na Renascença ou na Ilustração a base inicial para um contraste entre os

---

uma visão curta. Em poucas palavras, são crianças grandes: uma espécie de estágio intermediário entre a criança e o homem, este sim, uma pessoa de verdade” (SCHOPENHAUER, 2004, p. 7). Ou ainda: “[a mulher] é, antes, uma mente míope, na medida em que sua inteligência intuitiva enxerga com acuidade o que está próximo, mas em contrapartida tem um círculo de visão estreito, no qual o que está distante fica de fora; é por isso que tudo o que está ausente, que é passado ou ainda virá, atua de modo muito mais fraco sobre as mulheres do que sobre nós” (SCHOPENHAUER, 2004, p. 14-15).

<sup>27</sup> Segundo Laqueur, em seu estudo *A Fábrica do Sexo* (1992), este modelo do “sexo único” perdura como modelo dominante até o século XVIII, quando então começa a se projetar outro modelo, no qual os gêneros masculino e feminino começam a ser percebidos como claramente diferenciados nos aspectos anatômico e fisiológico (CECCARELLI, 1994, p. 2).

<sup>28</sup> Alguns autores identificam a emergência de uma percepção diferenciadora entre os dois sexos, superando o modelo do padrão único com duas variantes, já na Renascença. A este respeito, ver Pierre Bourdieu, em seu estudo *A Dominação Masculina* (1998).

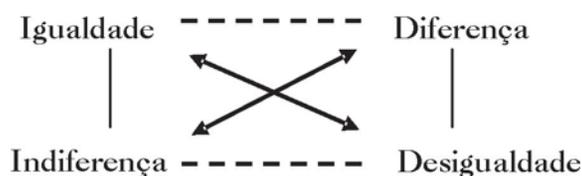
<sup>29</sup> Arthur Schopenhauer, um dos mais misóginos dentre os filósofos modernos, é autor de passagens que promovem uma leitura das relações de gênero com base no deslocamento das diferenças para o plano das desigualdades sexuais, por ele postuladas como naturais. Será possível identificar diversos trechos do filósofo alemão que exprimem essa concepção do sexo feminino como “naturalmente desigual” em relação ao sexo masculino (e não apenas “naturalmente diferente”). “Para amas e educadoras em nossa primeira infância, as mulheres se mostram particularmente adequadas, já que são infantis, tolas, e têm

<sup>30</sup> BOURDIEU, 2005, p. 24. A importância do ensaio de Bourdieu está em mostrar que “a definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas ou, melhor, através da acentuação de certas diferenças ou do obscurecimento de certas semelhanças” (BOURDIEU, 2005, p. 23). Acrescentaremos que, em meio a este jogo de acentuar, obscurecer, inventar ou cancelar diferenças, de modo a construir uma representação das oposições de gênero que melhor favoreça a dominação masculina, a pedra de toque, o impiedoso lance final do sistema medieval de representação dos sexos é imobilizar a discussão em um plano imaginário de desigualdades que estaria legitimado pela própria Natureza. Lance final que, de resto, se re-editaria de novas maneiras em períodos posteriores.

dois gêneros que se baseasse na “diferenciação”, e não na “desigualdade natural” – o que, de resto, ainda necessita ser investigado, mais sistematicamente, pelos historiadores –, o fato é que foi um passo bastante importante para a ampliação dos direitos da mulher esta possibilidade de trazer a discussão sobre os gêneros sexuais para o plano das Diferenças e não mais conservá-la em um pretensão plano de Desigualdades Naturais impostas, desde a origem, pela Natureza ou por um Deus desigualador.

## 7 Indiferença

Quando esquematizamos as relações entre Igualdade, Diferença e Desigualdade, havíamos ressaltado que era ainda um esquema incompleto. Ele pode ser espelhado, para se tornar um quadrado semiótico perfeito<sup>31</sup>, se acrescentarmos uma nova noção: a de Indiferença (por oposição contraditória com Diferença). A Indiferença (ou Indiferenciação) corresponde a ignorar, rediscutir ou desprezar as Diferenças. Completo, o quadrado semiótico das Igualdades e Diferenças ficaria assim:



Quadrado Semiótico da Igualdade

O quadrado semiótico completo, com o vértice da Indiferença, conforme nossa proposta, permite enxergar a questão da Desigualdade e Diferença sob outros ângulos. Propositadamente, conservamos as ambiguidades da palavra Indiferença, para não depurá-la de suas riquezas internas e permitir que o esquema proposto se aplique, funcionalmente, a um número maior de casos. Por um lado, a noção de Indife-

rença pode ser empregada com o sentido de Indiferenciação, de desconstrução da diferença que oprime e de eliminação das discriminações, com vistas a restabelecer a Igualdade. Da mesma forma, poderemos ter a Indiferenciação como estratégia de dominação e de desconstrução de padrões de identidade indesejáveis, para depois subjugar e até escravizar. Neste e em outros casos, a ideia de Indiferença pode ser utilizada em sentido negativo, o de ignorar ou desconsiderar diferenças significativas e relevantes, de ser “indiferente a algo” (por alienação ou por menosprezo).

No exemplo atrás discutido, vimos um processo semiótico que poderia ser narrado a partir do quadrado semiótico acima exposto. Neste caso, seria preciso partir do vértice superior direito. A Diferença Feminina, por assim dizer, sofrera, em certas teorias filosóficas da Antiguidade e da Idade Média, uma Indiferenciação (descida pela diagonal da esquerda). Igualados os dois sexos do ponto de vista de uma única fisiologia ou modo de encarar os corpos masculino e feminino (subida pela vertical esquerda até o polo da Igualdade no canto superior esquerdo), o passo seguinte é a visualização de uma “desigualdade natural” que afetaria a Mulher (descida pela diagonal direita até o polo da Desigualdade). Eis aqui, através de um quadrado semiótico, a narrativa filosófica de uma teoria simultaneamente indiferenciadora e desigualadora. Desconstrói-se a “diferença feminina” para reinstituí-la, ao final do processo de pensamento, como “desigualdade feminina”. A Mulher emerge então, nesta filosofia medieval, como um Homem incompleto ou, em certas concepções também medievais, como um ser que participa do mesmo padrão fisiológico, mas que possui o sexo invertido, voltado para dentro. A Desigualdade Sexual, forjada como imposição da própria Natureza, adquire aqui legitimidade: irá dar suporte a um mundo de dominação masculina cuja história não será preciso contar mais uma vez.

A Desconstrução deste processo, naturalmente, teria de ser realizada, historicamente, pela subida através da vertical direita: da Desigualdade natural passa-se, novamente, à Diferença, em um processo que alguns autores costumam identificar na Re-

<sup>31</sup> A operacionalização de “quadrados semióticos” para a compreensão do discurso é uma das bases da teoria semiótica proposta por Greimas e Courtés. Referências fundamentais pertinentes a esta abordagem poderão ser encontradas em obras básicas destes dois autores: De GREIMAS, *Semântica Estrutural* (1973); *Sobre o sentido: ensaios semióticos* (1975); De COURTÉS, *Introdução à Semiótica Narrativa e Discursiva* (1979). Ver ainda GREIMAS e LANDOWSKI (1986).

nascença, e outros já preferem enxergar em um momento mais adentrado da Idade Moderna. De qualquer maneira, fica o exemplo para ilustrar como a compreensão dos quatro conceitos ajustados inter-relacionalmente – Igualdade, Diferença, Desigualdade e Indiferença – pode auxiliar a decodificação de narrativas filosóficas ou históricas sobre o jogo de desigualdades sociais que têm afetado as diferenças sexuais entre o masculino e o feminino.

É muito interessante observar, ainda que a Indiferença tenha agora, particularmente, o sentido último de “ser indiferente a algo” (por alienação ou por menosprezo), também pode produzir injustiças sociais de outros tipos, e isto também pode afetar as relações entre os gêneros. Consideremos, para trazer um exemplo de fora do âmbito da sexualidade, que determinada parcela de qualquer população é, habitualmente, constituída de deficientes físicos de vários tipos. A Indiferença em relação a estes deficientes reintroduz o problema da Desigualdade, mas de outra forma. Se não existissem, por exemplo, as plataformas especiais para os deficientes motores que não podem subir ou descer escadas, eles estariam impedidos de chegar a determinados locais e, portanto, estariam sofrendo uma desigualdade em relação ao critério da mobilidade física. Da mesma forma, se alguns programas de televisão não apresentassem em uma tela à parte a imagem de alguém comunicando o discurso da tela principal sob a forma de linguagem gestual de sinais, a parcela de deficientes auditivos seria privada do acesso às informações.

Estes exemplos mostram que, em muitas situações, não considerar as Diferenças – isto é, agir com Indiferença – pode implicar reintroduzir o problema da desigualdade social em um outro nível. Outro exemplo é o das carteiras escolares que possuem, em um dos lados, uma tábua para apoiar cadernos. Elas preveem, habitualmente, os alunos destros, que constituem a maior parte da população; mas, muito frequentemente, existe ao menos uma carteira canhota para cada vinte destros. Naturalmente que, se não existisse certo número de carteiras escolares para os alunos canhotos, eles teriam de enfrentar dificuldades adicionais ou grandes incômodos para escre-

ver. Neste caso, estariam sofrendo uma desigualdade relativa ao acesso às possibilidades de executar atividades relacionadas à escrita.

A Indiscriminação envolve também a possibilidade de tratar “igualmente” seres diferentes ou seres submetidos a condições desiguais, particularmente em detrimento das classes ou dos grupos menos favorecidos socialmente, ou mesmo em relação a grupos que sofram algum tipo de discriminação ou de desigualdade relativa ao acesso a bens e serviços. Nesse sentido, uma questão ainda mais delicada relacionada aos problemas que envolvem a Indiferença ou a manipulação da Indiferença e às resistências a estas refere-se às chamadas “políticas de ação afirmativa”, mais recentes na história da luta contra o racismo e outras formas de discriminação. O que são as “políticas de afirmação” senão uma forma de resistência contra a “Indiscriminação”, aqui tomada no sentido de um tipo de desconsideração das diferenças e desigualdades que termina por estabelecer uma desigualdade com aparência de igualdade? As “políticas de afirmação” correspondem, nesta formulação teórica, a enfrentar, afirmativamente, a prática da Indiferenciação (desconsideração de diferenças e desigualdades anteriores), resultando que, desta prática – e é isto, precisamente, o que as políticas de afirmação buscam combater –, não se esconda sob a capa da Igualdade a Desigualdade, como o lobo em pele de cordeiro<sup>32</sup>.

Em relação ao problema que presentemente nos ocupa – o das desigualdades sexuais que terminam por se superpor às diferenças sexuais e, particularmente, afe-

<sup>32</sup> Para Hasenbalg, a aplicação de ações afirmativas visaria à Igualdade no plano dos direitos entre grupos e corresponderia a tratamentos preferenciais concedidos a indivíduos pertencentes a certos grupos (de raça ou gênero), precisamente para compensar a discriminação no passado – esta mesma instituidora de desigualdades no presente (HASENBALG; SILVA, 1990). Ver ainda, sobre as ações afirmativas, o ensaio de A. S. Guimarães sobre “A Desigualdade que anula a Desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil” (1999), atentando para a definição bastante precisa que dá ao novo conceito: “a antiga noção de ação afirmativa tem, até os dias de hoje, inspirado decisões de cortes americanas, conservando o sentido de reparação por uma injustiça passada. A ação afirmativa moderna se refere a um programa de políticas públicas ordenado pelo Executivo ou pelo Legislativo ou implementado por empresas privadas, para garantir a ascensão de minorias étnicas, raciais e sexuais” (GUIMARÃES, 1999, p. 154).

tar as mulheres em várias sociedades históricas –, seria de se perguntar se, com vistas a superar as desigualdades que afetam as mulheres diante do mercado de trabalho nas sociedades contemporâneas, também não haveria a possibilidade ou a necessidade de se instituir certas “políticas de afirmação”, como já existem no interesse de se combater as desigualdades raciais e também as relativas a diversos tipos de minorias. De igual maneira, encontra-se em aberto o problema de se pensar a inclusão das diferenças sexuais que destoam do dimorfismo tradicional, tal como as que discutimos no item 2 deste artigo.

## 8 Considerações finais

O problema da Desigualdade no mundo moderno e, particularmente, o das desigualdades que se acoplam às diferenças sexuais, estão longe da luz ao final do túnel. De qualquer forma, um programa responsável pelo combate à Desigualdade deve partir, antes de mais nada, de uma compreensão muito clara e precisa do que é, propriamente, a Desigualdade – no sentido filosófico, sociológico, antropológico, histórico, humano – e também da compreensão sobre aquilo que distingue Desigualdade e Diferença. Em seguida, um estudo mais sistemático das relações e possíveis interações entre Desigualdade e Diferença nos vários meios sociais e tempos históricos – e em âmbitos tão diversos, como a sexualidade, a nacionalidade, a etnia, a religião, a educação – pode permitir que se compreenda melhor como os sistemas de dominação, os mais sutis ou os mais explicitamente cruéis, valem-se, frequentemente, de deslocamentos diversos entre os âmbitos da Desigualdade e Diferença, forçando a leitura de um como se fosse o outro, de modo a melhor exercer a dominação. As relações entre Desigualdades e Diferenças emergem aqui como um verdadeiro campo de estudos, clamando por conceitos e metodologias próprias.

Certamente, a historicidade mostra-se fundamental para este tipo de estudo. Tanto as Desigualdades como as Diferenças são históricas, sociais e culturais, mesmo quando, no caso das diferenças, revestem-se de certa aparência natural no seu núcleo de

formação. O Sexo ou a Cor, quando invocados como dados integralmente oferecidos pela própria natureza, encobrem aquilo que há de histórico e cultural não apenas na construção social do Gênero, Etnia ou da Raça, mas do próprio Sexo e da própria Cor.

Compreender a historicidade de uma Diferença, de seus modos de percepção, de seus processos de transformação e de sua própria instituição como Diferença é assumir o poder de transformá-la, de decidir pela sua permanência transformada ou pela sua superação, de propor novas divisões no interior de um mesmo critério de diferenças, ou, se for o caso, de estender a diferencialidade possível à própria multiplicidade humana. As Diferenças – em que pese pertençam ao âmbito das “essências” ou das “modalidades de ser” (por oposição ao âmbito das circunstâncias, que afeta, habitualmente, as desigualdades de diversos tipos) – são, de todos os modos, “essências” social e historicamente construídas, na verdade “essências em construção”. Compreender isto é chamar a si a possibilidade de participar desta construção, em favor de um mundo com menos desigualdades, maior liberdade de escolhas, maior riqueza de alternativas e possibilidades de expressar as diferenças e maior consciência da complexidade humana. A diferença entre os sexos, a mais antiga das diferenças, abre-se, certamente, como um dos campos mais importantes na luta pela extinção ou minimização da desigualdade nas sociedades humanas.

## 9 Referências bibliográficas

- AQUINO, São Tomás. *Suma teológica*. v. I a XVII. Madrid: La Editorial Católica, 1953a.
- AQUINO, São Tomás. *Suma contra los gentiles*. v. I e II, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos – La Editorial Católica, 1953b.
- ARAN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero, *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2006.
- BENJAMIN, Harry. *Il fenomeno transessuale*. Roma: Astrolabio, 1968.

- BOURDIEU, Pierre. *La Domination masculine*. Paris: Seuil, 1998 [*A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005].
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del sexo*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. *El género en disputa*. México: Paidós, 1991.
- CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, 2001.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. Diferenças sexuais ... quantas existem?. In: CONGRESSO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, 2., 1997, São Paulo. Anais... São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.pailegal.net/psisex.asp>>. Acesso em: 20 abr. 2008.
- CECARELLI, Paulo Roberto (Org.). *Diferenças sexuais*. São Paulo: Escuta, 1999.
- CORNEVIN, Marianne. *Apartheid, poder e falsificação histórica*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- COURTÉS, J. *Introdução à semiótica narrativa e discursiva*. Coimbra: Almedina, 1979.
- DUBERMAN, Martin. *Stonewall*. New York: Dutton, 1993.
- FISK, Norman. The how, the what, the why of a disease. In: LAUB, D.; GANDY, P. (Org.). *Proceedings of the second interdisciplinary symposium on gender dysphoria syndrome*. Palo Alto: Stanford University Press, 1973.
- FOUCAULT, Michel (Org.). *Herculine Barbin: being the recently discovered memoirs of a nineteenth-century French hermaphrodite*. New York: Pantheon Books, 1980 [Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981].
- FREUD, Sigmund. *Tres ensayos de teoria sexual*. Obras Completas, v.VII. Buenos Aires: Amorroutu, 1998.
- FRIGNET, Henry. *Transexualismo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GREIMAS, Algirdas Julien; LANDOWSKI, Eric (Org.). *Análise do discurso em Ciências Sociais*. São Paulo: Global, 1986.
- GUIMARÃES, A. S. A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: *Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*. Brasília: Ministério da Justiça, 1999.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 18, p.73-91, maio 1990.
- HERCULANO-HOUZEL, Suzana. O cérebro homossexual. *Mente e Cérebro (Scientific American)*, Ano XIV, n. 165, p.51, 2006.
- HERDT, Gilbert (Org.). *Third sex, third gender – beyond sexual dimorphism in culture and history*. New York: Zone Books, 1994.

\_\_\_\_\_. Mistaken gender: 5-alpha reductase hermaphroditism and biological reductionism in sexual identity reconsidered, *American Anthropologist*, v.92, n. 2, p.433-446, 1990.

HIRSCHFELD, Magnus. *Transvestites: the erotic drive to cross-dress*. New York: Prometheus Books, 1991 [original: 1910].

JAGOSE, Annemarie. *Queer theory*. Victoria: Melbourne Univ. Press, 1997.

LAQUEUR, T. *La fabrique du sexe*. Paris: Gallimard, 1992.

LAURETIS, Teresa de. Queer theory, lesbian and gay studies: an introduction. *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies* 3/2, Summer, p. iii-xviii, 1991.

MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu* 24, p.249-281, jan./jun. 2005.

PERSON, Ethel S.; OVESEY, Lionel. Teorias psicanalíticas de identidade de gênero. In: CECARELLI, Paulo Roberto (Org.). *Diferenças sexuais*. São Paulo: Escuta, 1999.

POUCHELLE, Christine. *Corp set chirurgie à l'apogée du Moyen Age*. Paris: Flammarion, 1983.

ROSE, Arnold M. As origens do preconceito. *Raça e Ciência II*, São Paulo: Perspectiva, 1972.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE C. S. *Placer y peligro*. Madrid: Talasa, 1989.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de lidar com mulheres*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.